

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo

Class.: 40

Data: 17/06/79

Pg.: _____



Fotos Messias Augusto da Silva

Os índios gaviões tentam anular a negociação de terras com a Eletronorte.

Índio gavião tenta em SP recuperar terras do Pará

A Eletronorte pressionou os índios da tribo dos gaviões, com a ajuda da Delegacia da Funai, no Pará, e conseguiu que eles assinassem um documento liberando uma faixa de 22 quilômetros de extensão por 150 metros de largura dentro da reserva indígena, onde serão instaladas torres de linhas de eletrificação que atenderão às cidades de Marabá e Imperatriz, interligando-as a Belém do Pará. As terras foram doadas aos índios pelo governo do Pará.

Para tentar anular a negociação, o chefe da tribo dos gaviões, Krokrenhum, chegou a São Paulo, na última quinta-feira, pensando em pedir auxílio do Centro de Trabalho Indigenista. Antes de deixar Marabá, Krokrenhum deixou ordens expressas aos índios da tribo para que não permitam a entrada de nenhuma empreiteira na reserva indígena. Krokrenhum e mais oito índios viajaram durante

três dias, num velho jipe, para entregar aos antropólogos do Centro Indigenista uma cópia do contrato com a Eletronorte.

Nesse documento, que possui o timbre da Ajudância da Funai, em Marabá, a Eletronorte dá a entender que quem faz a proposta de ocupação da reserva Mãe-Maria são os próprios índios. Mas os gaviões não aceitam essa versão e alegam que foram obrigados a assinar o documento pelo delegado da Funai, Carlos Amauri Mota Azevedo. O texto não faz nenhuma referência ao valor da indenização que seria paga aos gaviões.

"A comunidade indígena gavião — diz o contrato — resolve nesta data aceitar a proposta apresentada pela Eletronorte" e, logo em seguida, explica que "a presente proposição importará na imediata aceitação de indenização, comprometendo-se a comunidade, desde já, a receber o valor ajusta-

do, bem como autorizar a passagem da linha de transmissão".

O "valor ajustado", que fala o contrato, são três milhões de cruzeiros, embora os índios tenham, nos últimos três anos, demonstrado que só cederiam parte da reserva indígena se recebessem Cr\$ 12 milhões. Esse é o valor que a tribo apresentou à Eletronorte com o argumento de que "é o mínimo necessário para compensar a derrubada de 700 castanheiras que, hoje, estão no local reservado as torres de eletrificação".

Além das castanheiras, as empreiteiras terão que remover da reserva espécies raras, em extinção, que, atualmente, dão alimentos e protegem os índios. O chefe Krokrenhum lembra que, com a instalação das torres de alta tensão, "a caça se afastará do local e milhares de brancos se aproximarão, ainda mais, dos índios, contribuindo para o aumento de doenças e de outros males".

Os nove índios da tribo dos gaviões fizeram esse relato ao advogado Dalmo de Abreu Dallari, presidente da Comissão Justiça e Paz, que prometeu ajudá-los.

Por causa de sua imprecisão, Dallari considerou o documento "sem validade jurídica", embora tenha sido assinado pelos índios, a Eletronorte e a Funai. Por isso, já iniciou a elaboração de um novo texto que será entregue, em mãos, ao presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, nos próximos dias.

O índio Tiuré, que pertence à tribo dos gaviões, tem certeza que o presidente da Funai não sabia, até recentemente, da existência desse documento preparado pela Delegacia de Belém. "Quando tive uma audiência com ele em Brasília — revela — percebi, pelo seu jeito, que nunca tinha ouvido falar nessa proposta". Os índios garantem que o texto do documento foi batido a máquina na própria aldeia, pouco antes de sua assinatura.

De qualquer forma, a nova indenização que será exigida pelos gaviões, com base na argumentação preparada por Dalmo de Abreu Dallari, é, em princípio, muito superior aos Cr\$ 12 milhões. É que além do lucro cessante, que tinha sido calculado para um prazo de 10 anos e, agora, será ampliado para 30 anos, os índios reivindicarão também correção monetária. Isso é o que eles exigem como compensação pela destruição de centenas de árvores.

Mesmo com uma nova proposta, o chefe da tribo, Krokrenhum, não está totalmente satisfeito. Para ele, o ideal era a linha de alta tensão ter o seu traçado desviado para fora da aldeia, uma área de 49 mil hectares que abriga 160 índios. Com isso, todos ficariam satisfeitos: os índios, que teriam o seu habitat preservado, e a Eletronorte, que poderia operar o seu sistema de energia elétrica muito antes do prazo previsto.